

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

#### **DECRETO N.º 3.608/2023**

# APROVA O REGULAMENTO GERAL CONCURSO PÚBLICO 01-2023.

**TIAGO ROCHA**, Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições nos termos das Leis Municipais nº 2.651/2017, 1.801/2007, 2.571/2015 e demais legislações pertinentes;

Considerando o Processo Administrativo N.º 00346, de 16 de janeiro de 2023.

#### DECRETA:

- **Art. 1.º** Aprova o regulamento Geral do Concurso Público nº 01-2023, conforme anexo, integrante deste decreto.
  - Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, 28 de junho de 2023.

#### TIAGO ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

#### ANEXO ÚNICO

#### REGULAMENTO GERAL CONCURSO PÚBLICO 01-2023

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1°. O Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha dar-se-á por meio de provas e títulos, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Espírito Santo, a Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Palha, a Lei Complementar nº 44, de 19 de novembro de 2015, consolidada, e o disposto neste Regulamento e no Edital.
- Art. 2°. O concurso será aberto, observada a dotação orçamentária, para o preenchimento das vagas que serão previstas no respectivo Edital.
- **Art. 3º.** A realização do concurso público inicia-se com a constituição da respetiva Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público, cujos membros, à exceção do representante da Ordem dos Advogados do Brasil e seu suplente, do representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de São Gabriel da Palha, serão indicados pelo Prefeito Municipal.
- **Art. 4°.** A Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público incumbir-seá de participar da logística de preparação, organização e de realização do concurso público, desenvolvendo atividades relacionadas com o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de resultado em todos as fases do concurso, na forma da portaria de nomeação.

#### CAPÍTULO II

## DO EDITAL E DA PUBLICAÇÃO

#### Seção I

#### Do Edital do Concurso Público

- **Art. 5°.** Dar-se-á a abertura do concurso público com a divulgação do edital, que deverá estabelecer, obrigatoriamente:
- I o prazo para o início das inscrições, será de no mínimo 15 (quinze) dias contados a partir da data de publicação do Edital no Diário Oficial dos Municípios;

# \*\*\*

e

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA

# ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Secretaria Municipal de Administração

- I datas de início e término das inscrições, com prazo não inferior a 15 (quinze) dias;
- II- local e informações para inscrições, bem assim a documentação que deve ser apresentada;
- III cargos a serem providos, requisitos para o ingresso, com correspondentes vagas, carga horária e respectivos vencimentos;
  - IV requisitos gerais de inscrição;
  - V data estimada para realização das provas;
  - VI o valor da taxa de inscrição;
- V requisitos especiais exigidos para o exercício dos cargos, referentes a nível de escolaridade e/ou habilitação, capacidade física, etc;
  - VI forma de comprovação dos requisitos para inscrição;
  - VII modalidade do concurso a ser realizado, de provas ou de provas e títulos;
- VIII tipo, natureza e respectivos programas das provas, valor relativo de cada matéria e de cada prova, indicação dos títulos valorizáveis, quando couber, e dos critérios para seu julgamento, bem como, valor global dos títulos em relação às provas;
  - IX critérios de aplicação e correção das provas;
  - X critérios de classificação dos candidatos e de preferência, em caso de empate;
    - XI outras condições ou exigências necessárias.
- § 1º. As informações referentes ao concurso, inclusive as alterações de datas e locais de provas, serão consideradas efetuadas, para todos os fins, por sua divulgação no portal da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha.
- § 2°. Qualquer candidato inscrito no concurso poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada endereçada ao Presidente da Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público, no prazo de 5 (cinco) dias após o término do prazo para a inscrição, sob pena de preclusão.
- § 4°. Salvo nas hipóteses de indispensável adequação à legislação superveniente, não se alterarão as regras do Edital após o início do prazo das inscrições, no tocante aos requisitos do cargo, aos conteúdos programáticos e aos critérios de aferição das provas e de aprovação para as etapas subsequentes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

- § 5°. O Edital não poderá estabelecer limite máximo de idade inferior a 70 (setenta) anos.
- **Art. 6°.** Salvo motivo justificado, o prazo máximo para conclusão do concurso é de 120 (cento e vinte) dias úteis, contados do encerramento das inscrições.
- **Art. 7°.** O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da data da publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Prefeito Municipal.

#### Seção II

#### Da Publicação

- **Art. 8°.** O concurso será precedido de Edital expedido pelo Prefeito Municipal, cuja divulgação dar-se-á mediante:
- I publicação integral, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito
   Santo;
- II publicação integral no Portal da Prefeitura Municipal de São Gabriel da
   Palha:
- III- afixação no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha.
- IV Divulgação nas Redes Sociais oficiais da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha

#### **CAPÍTULO III**

#### DO CUSTEIO E DAS INSCRIÇÕES

#### Seção I

#### Do custeio do concurso

- **Art. 9°.** O valor da taxa de inscrição será pago pelo candidato conforme definido em edital, cabendo ao candidato efetuar o recolhimento na forma como dispuser o Edital.
- **Art. 10°.** Haverá dispensa da taxa de inscrição ao candidato que requerer e preencher os requisitos legais especificados no Edital do concurso.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

#### Seção II

#### Das Inscrições

**Art. 11°.** A realização do concurso será informatizada, desde as inscrições até o seu resultado, através de sistema com capacidade para realização das inscrições via Internet, e emissão de boleto/Pix para o seu respectivo pagamento.

**Parágrafo único.** As inscrições poderão ser formalizadas por procurador, com poderes específicos para o ato, outorgados através de instrumento público ou particular com firma reconhecida por autenticidade.

- Art. 12°. Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.
- § 1º. São reservados 10% (dez por cento) das vagas correspondentes oferecidas no concurso público, por cargo, com respectiva classificação, distinta da dos demais candidatos, em consonância com o inciso VII do Art. 18º da Lei Orgânica do Município
- § 2°. O número de vagas reservadas para pessoas portadoras de deficiência física será através de mera operação aritmética, desprezadas as frações quando inferiores a 0,5 ou arredondo-se para o primeiro numero inteiro subsequente quando igual ou superior a 0,5.
- **Art. 13°.** O pedido de inscrição constará do preenchimento de formulários fornecidos aos candidatos no local de inscrição ou ficha eletrônica por meio de endereço eletrônico, e no ato desta, observadas as exigências do edital de abertura.

**Parágrafo único.** Se no formulário de inscrição contiver erro no preenchimento, acarretará o indeferimento da inscrição, sem qualquer indenização ou devolução de quaisquer valores pagos pelo candidato.

**Art. 14º.** Não serão admitidas inscrições condicionadas, devendo a documentação exigida no edital ser apresentada quando do preenchimento e entrega dos formulários de inscrição.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

#### Seção I

#### Da Realização das Provas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Secretaria Municipal de Administração

**Art. 15°.** De acordo com as peculiaridades do cargo, poderão ser realizadas provas nas seguintes modalidades:

I - objetiva;

II - subjetiva/discursiva;

III - prática;

- § 1°. As provas terão caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme estabelecido em edital.
- § 2º. Poderão fazer parte do concurso a avaliação de títulos e/ou curso ou programa de formação profissional.
  - § 3°. No concurso público não haverá prova oral de caráter eliminatório.
- § 4°. No concurso público para provimento de cargos de nível superior, deverá, obrigatoriamente, haver pontuação de títulos de caráter classificatório.
- § 5°. A realização da prova prevista no § 1° do presente artigo é obrigatória para provimento de qualquer cargo público.
- **Art. 16°.** Os candidatos serão submetidos às provas em dias, horários e locais divulgados mediante o edital de abertura, ou, edital subsequente publicado com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

**Parágrafo único.** Somente será admitida a entrada no local e a prestação de prova, do candidato que apresentar o original do mesmo documento de identidade utilizado para sua inscrição ou equivalente e o seu cartão de inscrição.

**Art. 17º.** Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, na sua eliminação do concurso.

**Parágrafo único.** Em caso de anulação da prova em que for constatada a ausência do candidato, este ficará impedido de participar também da nova prova a ser aplicada aos candidatos que se fizeram presentes à prova objeto de anulação parcial do concurso.

- **Art. 18°.** Durante a realização das provas e sob pena de sua exclusão do concurso, não será permitido ao candidato:
  - I comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao certame;
- II consultar livros ou apontamentos, bem como, utilizar fontes informativas e instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos em edital;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

- III ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais, sempre na companhia de fiscal;
  - IV outras vedações previstas no edital de abertura do concurso.
- **Parágrafo único.** Será automaticamente eliminado do concurso público e anulada a prova do candidato que, durante a realização das provas e/ou etapas, descumprir as determinações previstas em edital de concurso.
- Art. 19°. É vedado o ingresso de pessoas estranhas ao recinto onde se realizam provas.
- **Art. 20°.** Nas provas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Poder Executivo ou da entidade que realiza o certame, poderá ser utilizado equipamentos como bafômetro para identificação de utilização de bebida alcoólica pelo candidato.
- Art. 21°. Constatado a qualquer tempo, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, a utilização pelo candidato de procedimentos ilícitos, a prova será objeto de anulação e automaticamente o candidato será eliminado do concurso público, sem prejuízo das cominações legais civis e criminais deles decorrentes.

#### Seção II

#### **Dos Títulos**

- **Art. 22°.** Na hipótese de constar do concurso público a avaliação de títulos, o que será obrigatório para provimento de cargos de nível superior em quaisquer áreas, o edital normativo do concurso indicará, entre outras condições:
  - I títulos a serem considerados;
  - II prazo e condições de entrega dos títulos;
  - III critérios de avaliação e classificação.
  - § 1°. Consideram-se títulos:
- I conclusão de cursos, segundo a natureza e as exigências do cargo em concurso;
  - II- trabalhos publicados, cuja autoria possa ser comprovada no ato de entrega.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

- § 2°. Os títulos deverão ser devidamente comprovados e ter direta relação com as atribuições do cargo em concurso.
- § 3°. Os pontos atribuídos aos títulos não serão considerados para efeitos de aprovação, mas sim exclusivamente para a apuração da classificação.
- § 4°. Em nenhuma hipótese será considerado como título a comprovação de conclusão de curso que seja requisito para provimento em cargo.
  - § 5°. Os títulos serão entregues em uma só via.

#### Seção IV

#### Do Julgamento

**Art. 23°.** Será considerado aprovado o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos pontos estabelecidos nas provas.

**Parágrafo único.** O candidato não poderá zerar as provas a serem aplicadas, sob pena de desclassificação.

Art. 24°. Quando o concurso público for de provas e de títulos, a estes será atribuído no máximo o valor equivalente a vinte por cento da pontuação prevista para as provas objetivas.

Parágrafo único. O julgamento dos títulos será feito nos termos dos critérios estabelecidos no edital de abertura.

- **Art. 25°.** As notas atribuídas às provas e os pontos atribuídos aos títulos serão aproximados até décimos, arredondadas para 1 (um) décimo as frações iguais ou superiores a 5 (cinco) centésimos e desprezadas as inferiores.
- **Art. 26°.** As provas objetivas serão sempre corrigidas através do sistema de leitura óptica.
- § 1°. Os cadernos de provas objetivas somente poderão ser levados pelos candidatos que se ausentarem do recinto de provas no máximo uma hora antes do seu encerramento.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

- § 2º. Os gabaritos para correção das provas objetivas deverão ser previamente numerados, deverá haver local específico para assinatura do candidato e em nenhuma hipótese poderá ser substituído.
- § 3°. Encerradas as provas, todos os gabaritos serão recolhidos, colocados em sobrecartas, lacrados na presença de pelo menos 3 (três) candidatos, que juntamente com os fiscais da sala lançarão suas assinaturas no lacre.
- **Art. 27º.** O sigilo quanto à identidade dos concursandos nas provas subjetivas/discursivas e práticas, será assegurado adotando-se o critério de prévia numeração dos cadernos de provas ou formulários de avaliação com o número de inscrição do candidato.
- § 1°. A assinatura do candidato presente será lançada sempre em folha de presença, que conterá o número de identificação repetido na prova.
- § 2º. As listas de presença depois de assinadas, serão colocadas em sobrecarta fechada, rubricada e ficarão sob a guarda da Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público.
- § 3°. Somente após a conclusão do julgamento, serão identificados os autores das provas, através de ato público, em local, data e hora, previamente anunciados.
- **Art. 28°.** As atas da Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público somente poderão ser recusadas à vista de irregularidades e inobservância das normas pertinentes ao concurso que o tornem eivado de vícios, declaradas pela maioria de seus membros, que proporá, neste caso, ao Prefeito Municipal a anulação total ou parcial do concurso.

#### Seção V

#### Dos Recursos

- Art. 29°. Após a publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e do Edital de Abertura do concurso, do indeferimento de inscrições, do gabarito preliminar, das notas das provas, e, se for o caso, dos pontos atribuídos aos títulos, o candidato pode interpor recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação.
- § 1º. Quanto às questões das provas objetivas, o candidato deverá apresentar seu recurso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da publicação do gabarito preliminar.
- § 2°. O gabarito preliminar deverá ser publicado em no máximo 2 (dois) dias, a contar da aplicação das provas objetivas.
- § 3°. Os recursos deverão ser protocolados no protocolo geral deste Prefeitura Municipal e enviados à Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

- I circunstanciada exposição a respeito das questões, pontos ou títulos, para as quais, em face às normas do certame contidas no edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos;
  - II- as razões do pedido, bem como, o total dos pontos pleiteados.
- **Art. 31°.** Não serão conhecidos os recursos que não satisfazerem ao disposto nos artigos antecedentes, restando determinado o respectivo arquivamento.
- **Art. 32°.** Qualquer candidato poderá reclamar ao Prefeito Municipal, mediante requerimento redigido no vernáculo, fundamentado e subscrito, sobre irregularidades ocorridas no processamento de concurso público que configurem inobservância de preceitos constitucionais, legais, regulamentares ou constantes dos editais respectivos.
- § 1°. A reclamação prevista no "caput" pode ser interposta no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data em que teriam ocorrido as irregularidades, e não terá efeito suspensivo.
- § 2º. O Prefeito Municipal, ouvida a Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público e/ou a Entidade responsável pela realização do concurso, se procedente a reclamação, anulará, total ou parcialmente, o certame, determinando a apuração de culpados e sua responsabilização.
- § 3°. Ciente da irregularidade prevista no presente artigo, o Prefeito Municipal, tomará, de oficio, as medidas previstas no parágrafo anterior.
- Art. 33°. Se tiverem de ser anuladas questões de provas, em face de recurso ou de reclamação, a Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público e/ou Entidade anuladas sejam computadas a todos os candidatos que se fizerem presentes à prova e dela participarem.
- **Parágrafo único.** Quando a anulação exceder a 15% (quinze por cento) das questões da prova deverá a prova ser anulada no todo e aplicada nova prova aos candidatos que se fizeram presentes à prova anulada.
- Art. 34°. O resultado do julgamento dos recursos levado à efeito pela Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público e/ou Entidade responsável pela realização do certame, será publicado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do dia seguinte ao do prazo de encerramento de sua apresentação.

#### Seção VI

#### Da Classificação

**Art. 35°.** A classificação dos candidatos aprovados será obtida pelo somatório dos pontos alcançados nas provas com, se for o caso, o somatório dos pontos alcançados nos títulos,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

e obedecerá a ordem numérica decrescente de pontuação, individualmente alcançada, considerando-se classificado em primeiro lugar o candidato que obtiver o maior somatório de pontos.

**Parágrafo único.** Em caso de empate na classificação, serão adotados, dentre outros critérios que poderão ser estabelecidos no Edital de Abertura do Concurso, os seguintes elementos para desempate, para fins de preferência, sucessivamente:

- I o que tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia da inscrição neste concurso, na forma do art. 27 da Lei Federal nº 10.741/2003;
  - II o que obtiver maior nota na prova objetiva de conhecimento específico;
  - II- o que obtiver maior nota na prova objetiva de português;
  - III o que tiver maior idade.

#### Seção VII

#### Da Homologação do Resultado

Art. 36°. O Prefeito Municipal, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos resultados finais, encaminhados com circunstanciado relatório pela entidade responsável pela realização do certame, e observado o Parecer da Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público, homologará a classificação do concurso.

**Parágrafo único.** A homologação no prazo assinalado no "caput" será publicada nos mesmos locais previstos no art. 8º do presente regulamento.

#### CAPÍTULO V

#### DA COMISSÃO ESPECIAL DE COORDENAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

**Art. 37°.** A Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público, será constituída por Portaria, devendo ser integrada por no mínimo 5 (cinco) membros, dentre estes, pelo menos 3 (três) servidores públicos municipais efetivos; 1 (um) representante do SISMUG - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Gabriel da Palha e 1 (um) representante da OAB/ES-15ª Subseção.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38°. Anular-se-ão, sumariamente, a inscrição do candidato no concurso e todos os demais atos dela decorrentes se verificada, comprovadamente, a qualquer momento, a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Administração

inobservância do candidato às exigências e condições estabelecidas no respectivo edital de abertura do concurso, ou a utilização de meios ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase do certame.

Art. 39°. A nomeação, respeitará a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

**Art. 40°.** A posse em cargos efetivos dependerá, além do atendimento aos requisitos para inscrição no concurso, a comprovada habilitação e classificação, bem como, a comprovação de todos os demais requisitos pertinentes ao cargo exigíveis na forma da legislação vigente.

**Art. 41°.** Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Especial de Coordenação do Concurso Público.

Art. 42.º Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43.º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, 28 de junho de 2023.

#### TIAGO ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.